

AUSTIN/AGOSTINI: PACOTE É ESTRATÉGIA DE GOVERNO FRÁGIL PARA ENCOBRIR FALTA DA REF./PREVIDÊNCIA

20/02/2018 12:54:20 - AE NEWS

São Paulo, 20/02/2018 - O anúncio de uma agenda alternativa após a suspensão da tramitação da reforma da Previdência no Congresso sugere que trata-se de uma forma que um governo frágil encontrou para encobrir a ausência de aprovação do projeto que altera as regras de aposentadoria. A avaliação é do **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**. "É uma estratégia de um governo fragilizado para tentar tapar o buraco da falta da reforma. Querem criar um fato novo, mas são todas medidas requentadas. A própria autonomia do Banco Central já era uma batalha do Armínio Fraga", diz, ao citar o ex-presidente do BC.

Na avaliação do economista, as medidas são ainda uma forma de o governo tentar dar mais consistência à retomada econômica. Contudo, avalia que o efeito na economia deve ser pequeno. Em sua análise, a recuperação econômica já está contratada e a expectativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça quase 3,00% em 2018.

Porém, quanto à parte fiscal, Agostini avalia que o impacto deve ser limitado, e o quadro deve continuar ruim, apesar do lançamento da agenda de 15 pontos para tentar suprir a ausência da reforma previdenciária. Uma das principais fontes de alívio, diz, viria da privatização da Eletrobras, mas, acrescenta, o montante esperado é baixo. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a outorga é de R\$ 12,2 bilhões.

"Estamos com projeção de déficit primário de cerca de R\$ 150 bilhões para este ano. Mesmo com Eletrobras, como ficaria o restante? Talvez, só quando baterem o martelo [da privatização] poderemos ter uma ideia melhor", indaga.

"Essas medidas não substituem a reforma da Previdência, pois não atingem o problema na sua origem. Estão tentando dar força adicional para a economia e algum fôlego para o fiscal", afirma.

Contudo, Agostini acredita que mesmo assim a nota de crédito do Brasil pode receber downgrade pelas agências de classificação de risco. "Tem grande possibilidade de ser rebaixado. Mesmo se a aprovasse a reforma da Previdência este ano, não ia salvar as contas públicas. No ano passado, o déficit fiscal ficou menos intenso que o de 2016, mas ainda ficou ruim. O fôlego deve acabar este ano. Precisam matar o problema na sua origem: o descasamento entre receita e despesa", reforça. (Maria Regina Silva - maria.regina@estadao.com).